



Reunião ampliada da **REGIÃO 3**

**Prestação de contas físico-financeira e
atualização sobre o processo de reparação
20/08/2026**

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Objetivos da Reunião

- Apresentar a execução finalística e financeira do Plano de Trabalho 07, regido pelo Termo Aditivo de 2025;
- Atualizar as pessoas atingidas sobre o andamento dos anexos do Acordo:
 - Anexo 1.1.
 - Anexo 1.3;
 - Anexo 2;
- Atualizar as pessoas atingidas sobre outras pautas da reparação.

Pautas

- Prestação de contas financeira
- Prestação de contas finalística
- Apresentação do Jornal Reparação
- Atualizações sobre a reparação

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA

(Fabiana Teixeira)

Síntese comparativa da execução financeira

Abril a Junho de 2026 – Remanescente do Acordo

RUBRICA	ACUMULADO PERÍODO		
	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
1 - PESSOAL	R\$ 526.413,70	R\$ 889.938,35	-R\$ 363.524,65
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 45.576,40	R\$ 20.950,50	R\$ 24.625,90
3 - CONSULTORIAS	R\$ 10.994,52	R\$ 7.677,88	R\$ 3.316,64
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 9.613,90	R\$ 3.412,39	R\$ 6.201,51
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 24.201,18	R\$ 14.379,79	R\$ 9.821,39
6 - TRANSPORTE	R\$ 39.311,08	R\$ 27.698,27	R\$ 11.612,81
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 15.982,06	R\$ 2.875,00	R\$ 13.107,06
8 - VIAGENS	R\$ 31.377,66	R\$ 4.669,31	R\$ 26.708,35
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 10.467,77	R\$ 4.726,63	R\$ 5.741,14
TOTAL	R\$ 713.938,27	R\$ 976.328,12	-R\$ 262.389,85

Síntese comparativa da execução financeira

Abril a Junho de 2026 – Anexo I.1

RUBRICA	ACUMULADO PERIODO		
	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
1 - PESSOAL	R\$ 2.180.122,54	R\$ 2.057.724,20	R\$ 122.398,34
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 197.332,88	R\$ 224.373,30	-R\$ 27.040,42
3 - CONSULTORIAS	R\$ 59.580,28	R\$ 53.634,75	R\$ 5.945,53
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 55.804,55	R\$ 52.670,88	R\$ 3.133,67
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 23.003,98	R\$ 305,73	R\$ 22.698,25
6 - TRANSPORTE	R\$ 314.892,96	R\$ 309.594,09	R\$ 5.298,25
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 83.343,21	R\$ 72.394,13	R\$ 10.949,08
8 - VIAGENS	R\$ 122.398,11	R\$ 96.142,56	R\$ 26.255,55
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 22.149,79	R\$ 9.597,83	R\$ 12.551,96
TOTAL	R\$ 3.058.628,28	R\$ 2.876.437,47	R\$ 182.190,81

Síntese comparativa da execução financeira

Abril a Junho de 2026 – Processo

RUBRICA	ACUMULADO NO PERIODO		
	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
1 - PESSOAL	R\$ 1.251.983,97	R\$ 526.679,39	R\$ 725.304,58
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 117.421,92	R\$ 29.677,33	R\$ 87.744,59
3 - CONSULTORIAS	R\$ 56.409,51	R\$ 45.355,75	R\$ 11.053,76
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 22.234,95	R\$ 6.825,17	R\$ 15.409,78
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 74.621,07	R\$ 15.000,00	R\$ 59.621,07
6 - TRANSPORTE	R\$ 35.060,50	R\$ 20.089,02	R\$ 14.971,48
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 6.993,00	R\$ 1.924,70	R\$ 5.068,30
8 - VIAGENS	R\$ 1.505,40	R\$ 2.490,40	-R\$ 985,00
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 27.068,64	R\$ 5.018,94	R\$ 22.049,70
TOTAL	R\$ 1.593.298,96	R\$ 653.060,70	R\$ 940.238,26

Síntese comparativa da execução financeira

Abril a Junho de 2026 – Total

ACUMULADO PERIODO			
RUBRICA	ORÇADO	REALIZADO	DIFERENÇA
1 - PESSOAL	R\$ 3.958.520,21	R\$ 3.474.341,94	R\$ 484.178,27
2 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 360.331,20	R\$ 275.001,13	R\$ 84.330,07
3 - CONSULTORIAS	R\$ 126.984,30	R\$ 106.668,38	R\$ 20.315,92
4 - MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 87.653,40	R\$ 62.908,44	R\$ 24.744,96
5 - MATERIAL PERMANENTE/INVESTIMENTOS	R\$ 121.826,22	R\$ 29.685,52	R\$ 92.140,70
6 - TRANSPORTE	R\$ 389.264,54	R\$ 357.381,38	R\$ 31.883,16
7 - ALIMENTAÇÃO	R\$ 106.318,27	R\$ 77.193,83	R\$ 29.124,44
8 - VIAGENS	R\$ 155.281,17	R\$ 103.302,27	R\$ 51.978,90
9 - TARIFAS E TAXAS	R\$ 59.686,20	R\$ 19.343,40	R\$ 40.342,80
TOTAL	R\$ 5.365.865,52	R\$ 4.505.826,29	R\$ 860.039,23

Informações referentes a análise de dispêndios Ernst & Young (EY) - 04/2026 a 06/2026

- **Novo formato de reporte da EY**

Apresentação dos resultados por:

- Dispêndio total com documentação de suporte ausente ou insuficiente;
- Valores não previstos no Plano de Trabalho.

- **Resultados dos relatórios emitidos**

- Plano Remanescente: relatórios de **janeiro a maio/2026** sem apontamentos quanto ao tópicos apresentados acima;
- Anexo I.I: relatórios emitidos até **junho/2026** sem apontamentos quanto aos tópicos apresentados acima.

- **Pontos de Atenção identificados**

- Diferenças entre valores orçados e realizados.
- Pendência de reembolso entre contas, decorrente do uso temporário de uma única fonte para pagamento das despesas comuns entre os Planos.

Execução financeira – Rede de atingidos da R3

LINHA 11R	ACUMULADO NO PERÍODO			
Rubrica	Abr/26	Maio/26	Jun/26	Total
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	-----	-----	-----	R\$ 0,00
TRANSPORTE	R\$ 3917,69	R\$ 3.847,22	R\$ 4.207,49	R\$ 11.972,40
ALIMENTAÇÃO	R\$ 331,19	R\$ 519,91	R\$ 1.171,55	R\$ 2.022,65
VIAGENS	-----	R\$ 1.048,96	R\$ 810,00	R\$ 1.858,96
Total	R\$ 4.248,88	R\$ 5.416,09	R\$ 6.189,04	R\$ 15.854,01

- No período de abril a junho de 2026, a execução financeira da Rede totalizou **R\$ 15.854,01**.

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

(Daniela Fernanda)

Atividades executadas entre abril e junho

- Atividades transversais
- Anexo I.1
- Remanescente do Acordo
- Processo



Página Inicial

Número de Agendas

431

Horas Totais de Agendas

2.971

Agendas sem Evidências

0

Qtd. Comissões

65

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

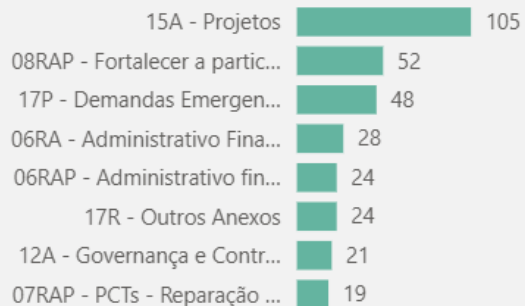
Timesheet

Custo
Operacional

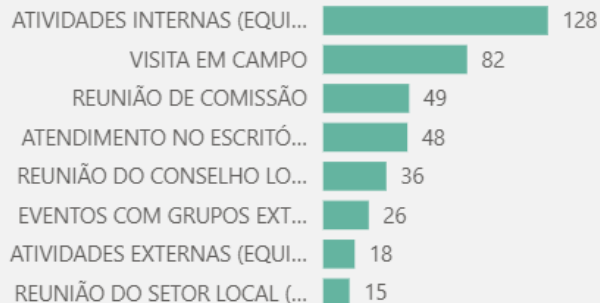
Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



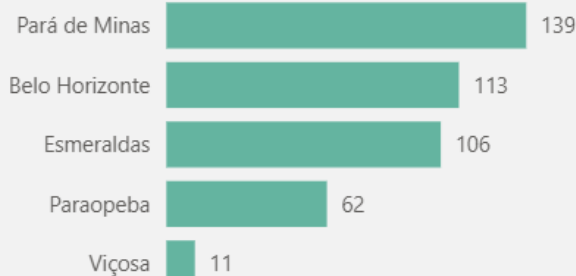
Agendas por Tipo de Atividade



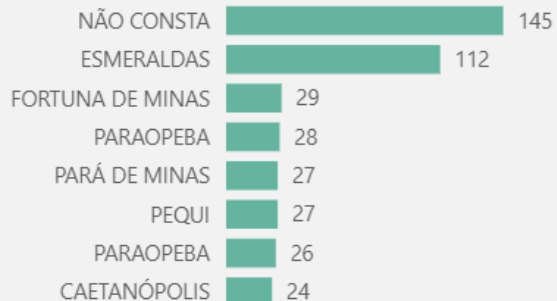
Agendas por Objetivo Específico



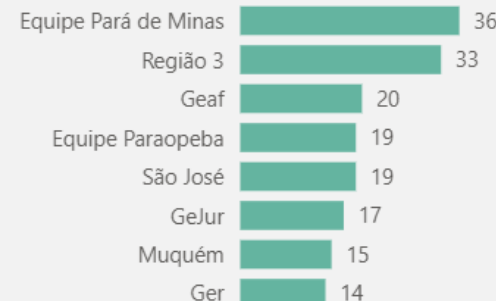
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:
15/08/2026 06:07:16

Todas as
agendas



Página Inicial

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

Calendário

Jornadas

Número de Agendas

191

Horas Totais de Agendas

1.958

Agendas sem Evidências

0

Qtd. Comissões

41

Agendas por Atividade



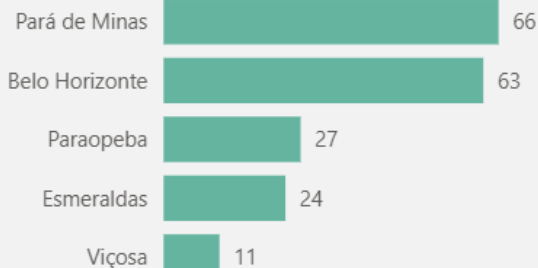
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



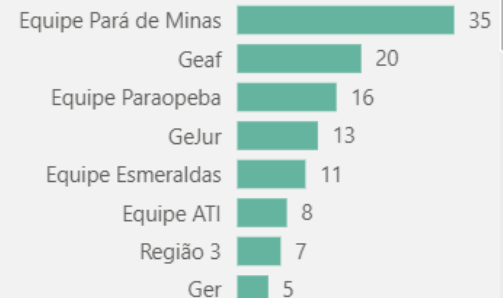
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:

15/08/2026 06:07:16

**Atividades
transversais**



Página Inicial

Número de Agendas

137

Horas Totais de Agendas

693

Agendas sem Evidências

0

Qtd. Comissões

49

Indicadores
Gerais

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

Calendário

Jornadas

Agendas por Atividade



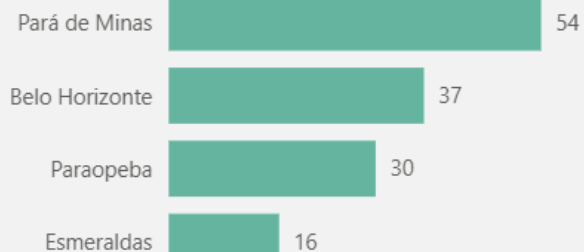
Agendas por Tipo de Atividade



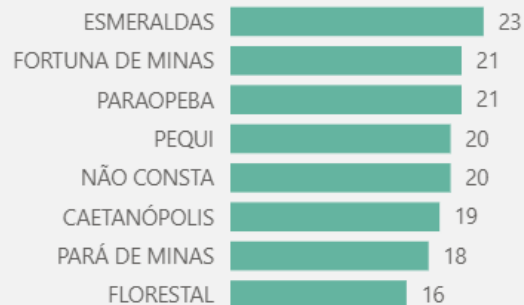
Agendas por Objetivo Específico



Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:

15/08/2026 06:07:16

Anexo I.1



Página Inicial

Número de Agendas

41

Horas Totais de Agendas

180

Agendas sem Evidências

0

Qtd. Comissões

30

Indicadores
Gerais

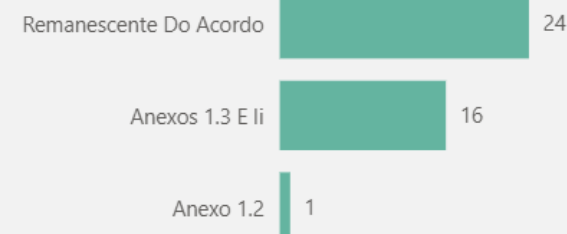
Agendas por Atividade



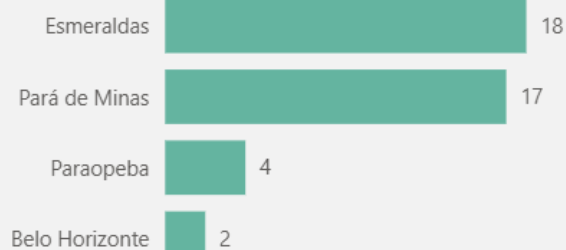
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



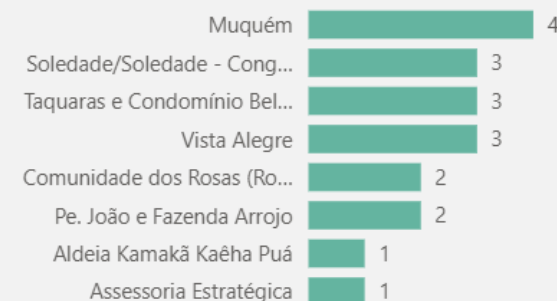
Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



**Remanescente
do Acordo
(Participação
Informada)**

Última Atualização:

15/08/2026 06:07:16



Página Inicial

Número de Agendas

62

Horas Totais de Agendas

140

Agendas sem Evidências

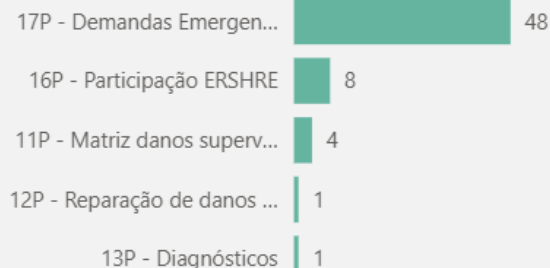
0

Qtd. Comissões

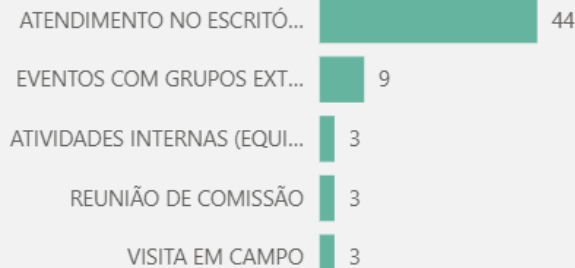
23

Indicadores
Gerais

Agendas por Atividade



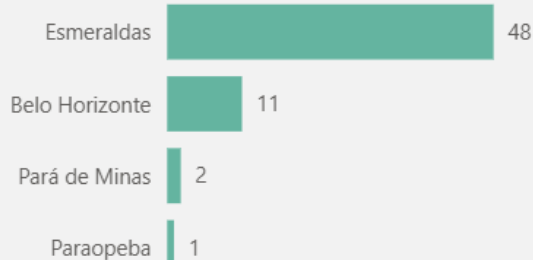
Agendas por Tipo de Atividade



Agendas por Objetivo Específico



Agendas por Escritório



Agendas por Município



Agendas por Comissão



Última Atualização:

15/08/2026 06:07:16

Processo

Tabela

Planejado x
Realizado

Atividades

Timesheet

Custo
Operacional

Calendário

Jornadas

JORNAL REPARAÇÃO

Edição #15

Junho 2026 | Nº 15

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO
AO COMUNITARIANISMO
POR BARRIAIS



Reparação



Encontro Rede de Projetos, em Florestal, ajudou a definir que tipo de projetos podem ser executados rumo a um desenvolvimento de toda a Região 3

PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E AUTONOMIA

Conselhos e Setores da Região 3 iniciam conversas para decidir quais projetos e de que forma eles serão executados **págs. 8 e 9**

ERSHRE Com retomada dos estudos de risco à saúde, segurança alimentar é alvo de preocupação na Bacia página 3	SOCIOAMBIENTAL Incapaz até de avançar na limpeza do Paraopeba, Vale inicia programa de educação ambiental na Bacia páginas 4 e 5	ANEXO 1.3 Centros de Referência da Mulher, previstos no Acordo, enfim sairão do papel página 10
--	---	--

CAETANÓPOLIS | ESMERALDAS | FLORESTAL | FORTUNA DE MINAS | MARAVILHAS | PAPAGAIOS | PARÁ DE MINAS | PARAOPEBA | PEQUI | SÃO JOSÉ DA VARGINHA

JORNAL REPARAÇÃO

Anexo 1.1 Governança e Participação

9 JORNAL REPARAÇÃO

Anexo 1.1

PH Reinaux

Região 3 e Entidade Gestora fortalecem diálogo sobre participação no Anexo 1.1

Encontro debateu Governança, transparência e fortalecimento da participação das pessoas atingidas no processo de reparação

Representantes da Mesa Coordenadora da Região 3 se reuniram no início de junho com integrantes da Entidade Gestora (EG) do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação. A reunião teve como objetivo apresentar a estrutura de participação construída pelas pessoas atingidas e criar canais mais próximos de diálogo para acompanhar as próximas etapas do Anexo.

Entre os encaminhamentos, foi discutida a ampliação dos canais de comunicação entre a EG e as instâncias de participação do Anexo 1.1, incluindo a inserção da Mesa Coordenadora em grupos de comunicação utilizados no processo, com o objetivo de agilizar o fluxo de informações e fortalecer o diálogo.

Outro tema abordado foi a necessidade de ampliar os espaços de participação das pessoas atingidas nas discussões estratégicas sobre o Anexo 1.1.

Foi proposta a construção de uma agenda de diálogo voltada à discussão de temas relevantes para a Governança e para o acompanhamento das ações.

A pauta também incluiu o debate sobre mecanismos que contribuam para viabilizar a participação das pessoas atingidas nas atividades de Governança, considerando o tempo dedicado ao processo de reparação e os impactos que essa participação pode gerar na rotina de trabalho e renda das famílias. AEG informou que irá incorporar aos seus estudos e manifestações os materiais produzidos pelas representações da Região 3 sobre o tema.

As lideranças também demandaram a estruturação dos Conselhos e Setores, destacando a importância de condições adequadas para o funcionamento das instâncias de participação. Foi discutido o apoio à organização dessas estruturas, incluindo o aproveita-

mento de equipamentos e recursos já existentes em iniciativas vinculadas ao próprio Anexo 1.1.

Outro ponto, foi a necessidade de ampliar a transparência sobre os critérios utilizados na divisão dos recursos destinados às regiões atingidas. Foi solicitado o compartilhamento das informações técnicas que subsidiaram a construção da proposta apresentada às comunidades.

Ao final da reunião, a EG reafirmou sua disposição em aprofundar o diálogo com as comunidades atingidas e colaborar no fortalecimento da Governança, na ampliação da transparência e na garantia de maior efetividade nos processos de participação previstos no Anexo 1.1. O encontro foi avaliado como um importante passo para estreitar relações institucionais e consolidar canais permanentes de interlocução entre a Entidade Gestora e as representações das pessoas atingidas da Região 3.

CONSELHOS E SETORES

Contam com representantes escolhidos pelas comunidades, cuja função é dar voz às demandas dos territórios, participar das discussões, acompanhar os encaminhamentos e contribuir para que as prioridades das comunidades sejam consideradas.

Conselhos Locais

Tratam de temas mais próximos das comunidades e dos municípios. Ajudam a organizar demandas, discutir projetos e indicar representantes para o Conselho Regional.

Conselho Regional

Discute temas que envolvem mais de um município e ajuda a pensar as prioridades da Região 3 como um todo.

Setores Locais e Regional

Garantem a representação de Povos e Comunidades Tradicionais, atendendo demandas específicas para estes grupos.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL COMUNITÁRIO DA R3

É um instrumento de planejamento de longo prazo construído de forma participativa pelas comunidades atingidas da Região 3. Seu objetivo é orientar a aplicação dos recursos do Anexo 1.1, promovendo o desenvolvimento regional a partir da integração de projetos, da redução de desigualdades, do fortalecimento das economias locais e da sustentabilidade dos territórios atingidos.

LINHA DO TEMPO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR



JUNHO 2024 - Encontro inter-regional decide Plano de Trabalho do Anexo 1.1

Representantes de toda a Bacia aprovam Plano de Trabalho do Anexo 1.1. Definidas diretrizes relacionadas à Governança, ao fluxo de projetos e ao crédito e microcrédito.

ABRIL 2025 - Validação Participativa de Danos Coletivos

Mais de 60 comunidades, grupos e coletivos da Região 3 participaram do encontro, que confirmou 85% dos cerca de 3 mil danos registrados pela ATI nos seis anos de trabalho. O diagnóstico tornou-se uma das bases para a construção dos projetos do Anexo 1.1.



OUTUBRO 2025 - Inauguração do Conselho Regional e Priorização de Danos

Comunidades da Região 3 priorizaram as categorias de danos que orientarão a atuação da Entidade Gestora: Sociabilidade e Modos de Vida, Atividade Econômica e Alimentação.



NOVEMBRO 2025 - Inauguração do Setor de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

PCTs da Região 3 inauguram Setor Regional, priorizando quatro categorias de danos: Sociabilidade e Modos de Vida, Tradição Cultural, Alimentação e Produção.



ABRIL 2026 - Rede de Projetos (UFV Florestal)

Encontro reuniu 160 pessoas da Região 3 e promoveu o diálogo entre comunidades e a universidade para identificar convergências entre os projetos, construindo caminhos para sua integração em uma estratégia de desenvolvimento regional.



MAIO DE 2026 - Seminário de Desenvolvimento Regional

O encontro consolidou três diretrizes para os projetos - organização das cadeias de valor, formação técnica, humanística e cooperativa, e infraestrutura básica - além de definir quatro eixos de intervenção: produção, agroindustrialização, comercialização e cultura e espiritualidade.

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Novo Auxílio Emergencial

6 JORNAL REPARAÇÃO

Auxílio Emergencial

Fabiano Azevedo

Justiça ainda decidirá futuro do Novo Auxílio Emergencial

Ações judiciais questionam a continuidade do NAE e mantêm incertezas sobre a garantia de renda para famílias ainda não reparadas pelos danos do rompimento

O Novo Auxílio Emergencial (NAE) continua sendo um dos principais objetos de disputa no processo de reparação pelo rompimento da barragem da Vale.

Mês após mês, cerca de 160 mil pessoas recebem o repasse, por meio de liminar que obriga a mineradora a realizar o pagamento. A Fundação Getúlio Vargas já apresentou proposta para continuar operacionalizando os repasses, por, ao menos, um ano. Mas as incertezas sobre o NAE prosseguem, pois as pessoas atingidas ainda precisam de um auxílio para continuarem mantendo suas condições de vida, até hoje não reparadas dos danos que sofreram.

Alexandre Chumbinho, gerente jurídico do Nacab, resume os processos em curso e os cenários possíveis. Confira na entrevista:

Quais são as ações envolvendo o Novo Auxílio Emergencial?

Atualmente são três. Uma delas, proposta pelas associações que pleitearam o NAE, no início do ano passado, que é a ação, vamos dizer assim, principal. Dentro dela foi dada a decisão que até hoje garante o pagamento do NAE to-

dos os meses. Essa ação foi questionada através de recursos, agravos de instrumento, recursos especiais e por aí vai... E também foi atacada por outras ações. Aí temos mais uma ação, chamada de Reclamação, proposta na instância máxima do Tribunal de Justiça de MG, que é o Órgão Especial. E também foi proposta uma ação no STF, que tem a sigla de ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental), que foi distribuída e caiu na relatoria do ministro Gilmar Mendes.

Essas duas últimas são as ações que questionam o NAE, e a primeira foi proposta pedindo o NAE. Dá para entender a diferença entre elas. Mas o importante é di-



Manifestações têm denunciado as tentativas da Vale de interromper o pagamento emergencial às pessoas atingidas

zer que o NAE continua: ele continua sendo mantido por uma decisão liminar dada pelo juiz da 2ª Vara de Fazenda Pública de MG, agora chamada de Núcleo 4.0. E ela ainda se garante. Foi confirmada na 2ª instância do TJMG, no Agravo de Instrumento julgado no ano passado.

Todas as ações precisam ser julgadas para que o auxílio emergencial se torne definitivo? Enquanto isso, os pagamentos serão feitos mês a mês?

Os pagamentos serão feitos por liminar até que haja a sentença na ação principal de 1ª instância, provavelmente prolatada pelo juiz Murilo Silveiro de Abreu. As outras ações são prejudiciais a essa ação principal. Então é importante acompanhar tanto a Reclamação quanto a ADPF, porque delas pode advir uma condição contrária a essa dada pelo juiz de 1ª Instância.

E esse pagamento não vai acontecer *ad eternum*. Um dia ele vai acabar. E o que dispõe a Política Nacional de Atingidos por Barragens, e que deve constar nessa sentença que o dr. Murilo vai dar um dia? Que o pagamento vai ocorrer até que sejam repostas as condições de vida precedentes ao rompimento da barragem.

Levantamento do Nacab contou pelo menos 12 tentativas de barrar o NAE. Qual o propósito dessa estratégia de judicialização excessiva da Vale?

A Vale segue o roteiro, segue a conduta exatamente esperada de quem está perdendo o jogo. Nessa ação do NAE ela teve derrotas sistemáticas e sucessivas,

e não são derrotas pequenas. A própria Vale tem dito nos autos a contabilidade que ela fez, que seus gastos ultrapassam R\$ 1,3 bilhões, não é pouca coisa.

Então ela lança mão de todos os artifícios judiciais possíveis para poder recuperar ou mitigar os danos ao seu patrimônio, à sua imagem pública e por aí vai.

Ela está, inclusive, fazendo algo que é contrário ao seu procedimento habitual, que nós observamos nas ações coletivas que acompanhamos no Nacab. Que é atropelar tempos processuais de recursos, propondo outras soluções, outros remédios processuais, antes que se esgotem remédios que viriam antes.

NÓS NÃO VAMOS PAGAR NADA

Desde que saiu a liminar concedendo o NAE, em 28 de março de 2025, a Vale vem tentando barrar o pagamento de todas as formas



	Tipo	Autor da ação	O que se pede	Situação
TJMG	Ação Civil Pública	Associações que defendem as pessoas atingidas	Continuidade de pagamento emergencial, por parte da Vale, às pessoas atingidas	Concedido o pagamento de Auxílio Emergencial, por meio de liminar pelo Juízo de 1ª instância. Vale já recorreu de diversas formas. Ação está em instrução, ou seja, o Juiz está coletando informações e provas para dar sua sentença
TJMG	Agravo de Instrumento	Vale	Anulação da liminar que implementou o NAE	Julgado Improcedente. 19ª Câmara Cível julgou que a liminar dada na primeira instância deve ser mantida até a futura sentença que o Juiz dará futuramente
TJMG	Reclamação	Vale	Cassação da liminar que implementou o NAE	Indeferido monocraticamente pelo Presidente do TJMG, mas a Vale entrou com agravo interno, que aguarda julgamento pelo Órgão Especial do TJMG
TJMG	Ação	Vale	Exigência de prestação de contas por parte da FCV, que operacionaliza o pagamento	Após negativa na 1ª instância, a Vale entrou com agravo de instrumento, que aguarda a relatoria analisar pedido de liminar e posterior julgamento
TJMG	Agravo de Instrumento	Vale	Cassação da decisão saneadora do NAE	Aguarda julgamento
STF	ADPF	Inst. Brasileiro de Mineração (IBRAM)	Fim do pagamento emergencial	Aguarda decisão do relator a respeito do pedido de liminar feito pelo IBRAM, que poderá implicar na suspensão do NAE
STJ	Recurso Especial	Vale	Cassação da liminar que implementou o NAE	Pedido foi negado liminarmente, mas o mérito ainda não foi julgado
STF	Recurso Extraordinário	Vale	Cassação da liminar que implementou o NAE	Vale alega que NAE vai contra coisa julgada (o Acordo de Reparação), aguarda julgamento

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Anexo 1.3, PCTs e Reparação Socioambiental

10 JORNAL REPARAÇÃO

Anexo 1.3

Ariane Santos, Ester Louback

Prioridade? R\$ 36 milhões para Centros de Referência de Atendimento às Mulheres chegam com 5 anos de atraso

Combate à violência contra a mulher, definido como prioridade no Acordo firmado após o desastre-crime, caminha a passos lentos no processo reparatório

No início de junho, 24 municípios da Bacia do Paraopeba assinaram termos de compromisso para receber cerca de R\$ 36 milhões (R\$ 1,5 milhão para cada) para implantar e manter, por 4 anos, os Centros de Referência Especializados no Atendimento à Mulher (CREAMs).

Os CREAMs fazem parte dos Anexos 1.3 e 1.4 do Acordo de Reparação, assinado em fevereiro de 2021 entre o Governo de Minas, a Vale e Instituições de Justiça. Isso significa que as mulheres atingidas ainda estão esperando, mais de cinco anos depois, medidas concretas de

combate à violência de gênero, cuja intensificação foi um dos impactos do rompimento da barragem em 2019.

CREAMs nos municípios substituem proposta de centro único em Juatuba, anunciada em 2024

A assinatura do termo retoma a demanda de atendimento mais próximo aos locais de moradia das mulheres atingidas que, com a decisão das Instituições de Justiça e do Governo de Minas de 2024, teriam que se deslocar até o município de Juatuba para procurar atendimento na Casa Acolhe Minas,

apresentada como centro de apoio às mulheres em situação de violência doméstica, para atender demandas de 17 municípios atingidos, concentrando em um só local o que havia sido pensado, originalmente, como uma rede de atendimento territorializada.

O desafio agora é garantir que os recursos não se transformem apenas em uma resposta formal às obrigações do Acordo, sem efeitos concretos na realidade de quem aguarda há tanto tempo por soluções que reduzam a violência e ampliem o acesso a direitos.

Formações para Comunidades e Povos Tradicionais avançam nos territórios



Alungadas e atingidas fortalecem vínculos e coletam tradições no intercâmbio cultural no Quilombo do Açude, em Jaboticatubas/MG (abril de 2026)

As ações de formação do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação seguem avançando entre os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Bacia do Paraopeba.

Em Esmeraldas, as ações iniciaram-se em maio, no Terreiro Nzo Atim Kimbé Loyá, e em junho, no Terreiro Sanzala Kazembe Kia

Mawanju. Em ambos, foi escolhida a formação em construção civil, pois, além do aprendizado, os cursos são importantes para a manutenção e a reparação dos próprios terreiros. Mãe Gleiciane, do Terreiro Sanzala Kazembe Kia Mawanju, pontua:

“o curso é um aprendizado para a gente e uma melhoria para a roça. Aqui nós recebemos várias pessoas e atendemos a comunidade; então, ter um espaço bem estruturado faz toda a diferença. Por isso, preferimos o curso de construção civil”. Ela destaca que o início dessas ações formativas de reparação é um momento muito importante e um sonho conquistado. “Várias pessoas

aqui sempre tiveram o sonho de ter um certificado de construção civil, de saber como calcular para levantar uma parede... então, estamos realizando sonhos. Essa é a nossa expectativa: continuar realizando sonhos”.

Em abril, representantes da Casa Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas, de Paraopeba, participaram de um intercâmbio cultural no Quilombo do Açude, em Jaboticatubas, reunindo cerca de 20 pessoas. A iniciativa também serviu como formação profissional para os filhos da Casa Aldeia das

Folhas, com aprendizagem sobre a confecção de tambores.



Reparação Socioambiental

JORNAL REPARAÇÃO 11

Marcos Oliveira

Aprovação de nova etapa da dragagem preocupa ao permitir volta de rejeito ao Paraopeba

Licença concedida à Vale indica a remoção de cerca de 107 mil m³ de rejeitos; e pessoas atingidas cobram mais transparência e participação

No final de junho, foi publicada o parecer técnico da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), aprovando o licenciamento ambiental para as operações de dragagem no trecho 2 (de 3 a 6 km) da área mapeada para a reparação socioambiental do rio Paraopeba.

O rejeito será retirado por escavadeiras embarcadas e transportado até a Área 14, situada dentro do trecho 1, onde será descarregado em uma área de remanso na calha do Paraopeba. Na sequência, o rejeito será aspirado pela draga B45 e encaminhado a reservatórios (sumps), a

um depósito temporário de rejeitos e à Cava do Feijão.

Após a aprovação do licenciamento, pessoas atingidas levantarão dúvidas nas redes sociais: Qual a eficiência do sistema? O que garante que o rejeito descarregado no rio será recuperado? Nesta etapa, como será evitada a suspensão de sedimentos e a redispersão do rejeito? Haverá fiscalização independente deste método?

“Queremos transparência, celeridade, controle social e fiscalização independente — não apenas laudos técnicos produzidos ou contratados pela própria Vale.

O desejo é participar ativamente do acompanhamento do processo, com acesso a informações claras, linguagem acessível e canais reais de interlocução. Reparação não é sinônimo de remoção de rejeitos, é a reconstrução do rio, do território e da vida”, concluiu Rogério Gianetti, de Beira Córrego (Fortuna de Minas).

A lenta reparação socioambiental representa anos sem poder usar o rio para pesca, lazer, abastecimento e cultura. Significa adoecimento, perda de renda, ruptura de vínculos comunitários e territoriais, gerando um impacto cotidiano e acumulado.

Limpeza não passa dos 3 km

Prevista para terminar em junho de 2026, a dragagem do trecho 1 (de 0 a 3 km) do Paraopeba consta oficialmente como concluída, mas o que houve, na prática, foi o fim da operação das máquinas e da retirada de material — não a conclusão efetiva. A auditoria da Aecom registrou que ainda faltam tarefas de fechamento, como o monitoramento da água, a conferência dos sedi-

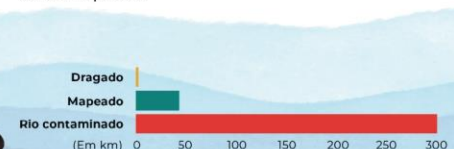
mentos, a obtenção e a análise dos resultados laboratoriais.

A versão mais recente do cronograma, apresentada pela Vale em abril, divide a dragagem em quatro trechos, com previsão de conclusão do trecho 4 em abril de 2029, mas após sete anos do rompimento, a mineradora não passou dos primeiros 3 km dos 46 km mapeados, sendo mais de 300 km até a represa de Três Marias.

“As versões anteriores do plano (de reparação socioambiental) eram mais ambiciosas e foram sendo adiadas. A conclusão do trecho 1, prevista para 2022, foi para 2025 e depois para 2026. Não é só atraso de obra, pois o projeto da Vale para a recuperação do rio chegou a ser reprovado pelo órgão ambiental, que fez mais de 100 exigências de correção”, recordou Hugo Salis, da ATI Paraopeba Nacab.

DRAGAGEM DO RIO PARAPEBA

Os primeiros 3 km de um total de 307 km de rio a serem reparados



302 mil m³ de sedimentos retirados

Segundo AECOM/Vale
20% do total

Segundo outras pesquisas
11% do total

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Estudos de Risco à Saúde Reparação Socioambiental

ERSHRE

Segurança alimentar é foco de estudo na Bacia do Paraopeba

Possível presença de contaminantes na produção agropecuária e no pescado preocupa as pessoas atingidas desde o rompimento



Atingida pelo rompimento e pelas cheias de 2022, a propriedade rural de Mona Lisa Cardoso, em Paraopeba, hoje convive com a dúvida sobre a qualidade de sua produção

Foto: ERSHRE

Em maio de 2026, foi apresentado o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EA), com o objetivo de avaliar se os alimentos produzidos nas regiões atingidas estão adequados para o consumo, nos 29 municípios inseridos nos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE).

Incluído no processo de reparação após solicitação das comunidades atingidas e dos órgãos de controle, o projeto, cuja obrigação de pagar é da Vale, terá análises e relatórios técnicos da Fundação COPPETEC/UFRJ, com aprovação da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG) e auditoria da Aecom, auditoria socioambiental na Bacia do Paraopeba.

Com o intuito de aprofundar os ERSHRE, em sua fase de implementação o projeto realizou "pré-testes", a partir de questionários para a coleta de dados, em um município por região atingida, com previsão de início da coleta de água, solo e pescados em 2027.

"Sete anos e meio após o desastre, ninguém havia falado sobre estudos para as terras atingidas que margeiam o Paraopeba ou sobre a qualidade da produção de alimentos e do pescado por motivo de contaminação. Se for um estudo sério, ele poderá nortear várias ações do processo coletivo e colocar valor para as indenizações individuais. Mas antes tarde do que nunca, e isto precisa ter um fim justo, pois falo de vidas que estavam quietas e hoje são obrigadas a viver um tormento de angústias e doenças", desabou Mona Lisa Cardoso, da Zona Rural de Paraopeba, que recebeu a equipe do estudo em sua propriedade.

A metodologia segue normas de agências regulamentadoras, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), além de diretrizes para avaliar e comparar resultados para atender padrões de segurança, em relação a contaminantes na cadeia produtiva local.

Saúde é tratada com demora e muita conversa

Enquanto as pessoas atingidas aguardam as devolutivas dos ERSHRE, iniciadas pelo Grupo EPA ainda em 2019, a empresa ERM, que assumiu os estudos em agosto do ano passado, ainda realiza reuniões de transição, apresentando a equipe e explicando as etapas dos estudos, a revisão dos projetos detalhados e a apresentação do plano de comunicação em vigor.

Até o momento desta publicação, foram realizadas, na Região 3, reuniões em Esmeraldas (Padre João, Vinháticos 1 e 2), Florestal e Pará de Minas (Chacreamento Paraopeba, Muquém e Vargem Grande).

Sem muitas novidades em relação aos estudos, outro fato infelizmente já conhecido na condução dos ERSHRE é o atraso no cronograma da ERM, que, após quase um ano de trabalho, já deveria ter concluído as reuniões de transição, mas ainda revisa relatórios de análise da fase 1, realizada pelo EPA.

Segundo a ERM, alguns relatórios estão aprovados, mas outros são faltantes. Enquanto isso, as pessoas atingidas aguardam um retorno detalhado sobre a primeira fase dos estudos, previsto para o segundo semestre de 2026.

12 JORNAL REPARAÇÃO
Marcos Oliveira

12 JORNAL REPARAÇÃO

Reparação Socioambiental

Texto: Marcos Oliveira

Projetos de saneamento têm prazo de envio ampliado e pessoas atingidas lutam para serem contempladas



Foto: Luis Henrique de Camo

Lideranças da Região 3 participam de audiência pública em Esmeraldas, para debater o uso dos recursos do Anexo 2.2 para o saneamento básico

Acesse o painel de transparência do BDMG



Parte da Compensação Socioambiental dos danos já conhecidos, atrelada ao Anexo 2.2 do Acordo de Reparação, os projetos de Saneamento Básico nos municípios impactados têm o cronograma de entrega de dois produtos estendido de junho para outubro de 2026.

Para acessar os recursos, as prefeituras precisam apresentar um Plano Municipal de Saneamento atualizado, mais o Projeto de Saneamento, estruturado a partir de estudos feitos nas zonas rural e urbana, referentes a esgoto, tratamento e distribuição de água.

As câmaras temáticas locais, estabelecidas em razão dos projetos de políticas públicas do Anexo 1.3, são determinantes para a elaboração do Plano Municipal e para garantir uma melhor relação com as prefeituras, na defesa dos direitos e do protagonismo das comunidades atingidas.

"As pessoas atingidas devem ser ouvidas, porque elas que vivenciam diretamente os impactos ambientais e da saúde, decorrentes do desastre-crime da Vale. A participação contribui para a realização dos projetos em cima da

realidade que a gente vive", contou Patrícia de Campos, da comunidade de Soledade, em Pequi.

A ATI Paraopeba Nacab trabalha em resposta à demanda das pessoas atingidas, contribuindo na interlocução com parcerias e no acompanhamento técnico para a implementação de projetos adequados à realidade das comunidades. "A gente tem dialogado muito com as pessoas atingidas a questão da TEvap (Tanque de Evapotranspiração), que é um biodigestor, uma tecnologia social e mais barata para o saneamento rural", afirma Antônio Carlos de Souza, da Assessoria Estratégica da ATI.

Resultado da conversão da obrigação de fazer para uma obrigação de pagar da Vale, a gestão do recurso inicial de aproximadamente R\$ 1,4 bilhões é responsabilidade do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com execução dos municípios atingidos. A situação da execução varia de município para município, pois a relação depende de cada administração, já que é estabelecida entre as prefeituras e o BDMG, responsável por gerir os valores do Anexo 2.2.

Anexo 2.3

Captação no Paraopeba reforça abastecimento de água em BH

No dia 27/04, a Copasa iniciou a operação de uma nova unidade de captação de água no rio Paraopeba, visando recompor a capacidade de produção do Sistema Paraopeba e preservar os estoques de água dos reservatórios que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Atrelado ao Anexo 2.3 do Acordo de Reparação, a nova captação está localizada em um ponto 12 km antes do local atingido pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019, o que assegura a qualidade da água coletada, já que o Paraopeba segue proibido de ser utilizado, a partir do ponto impactado pelo desastre-crime.

NACAB

JORNAL REPARAÇÃO

Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba

4 JORNAL REPARAÇÃO

Reparação Socioambiental

Ariane Santos, Ester Louback, PH Reinaux

Causadora do desastre-crime, Vale atua como educadora ambiental na Bacia do Paraopeba

Pessoas atingidas questionam ações de programa ambiental iniciado pela mineradora, orçado em mais de R\$ 200 milhões



Patricia Passarela, atingida de Taquaras, atende à equipe contratada pela Vale para a pesquisa do PEABP em Esmeraldas

Desde maio, equipes contratadas pela Vale vêm realizando pesquisas em municípios da Bacia do Paraopeba para o Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP). Previsto no Acordo de Reparação pelo rompimento da barragem em Brumadinho, o programa tem orçamento de R\$ 243 milhões e deve ser executado até 2031 em 26 municípios atingidos.

Embora inserido no âmbito socioambiental do Acordo de Reparação, o programa não é uma ação direta do processo reparatório. Segundo a Vale, o PEABP é estruturado pela "ética do cuidado", onde ações educativas serão construídas a partir das necessidades, interesses e saberes locais. Porém, na prática a mineradora demonstra que essa "ética" não é direcionada para as comunidades atingidas, e o programa se insere em um contexto de contradições.

Uma proposta construída sem priorizar quem vive os impactos

Em Esmeraldas, por exemplo, a pesquisa base para o programa, denominada Diagnóstico Social Participativo (DSP), teve início na região central da cidade. Apenas nos últimos dias da coleta de dados as equipes se dirigiram às comunidades atingidas para aplicar os questionários.

Segundo Patricia Passarela, liderança de Taquaras, somente quando perceberam a resistência das comunidades é que as equipes passaram a dialogar diretamente com os moradores: "os aplicadores vieram conversar com as comunidades atingidas porque ficaram sabendo que a gente travou. Trouxeram o questionário impresso para vermos e explicarmos do que se tratava. Se tivessem feito isso desde o primeiro dia, não teria existido tanto impasse. Muito

pelo contrário, seria uma oportunidade para falarmos da nossa realidade", afirma.

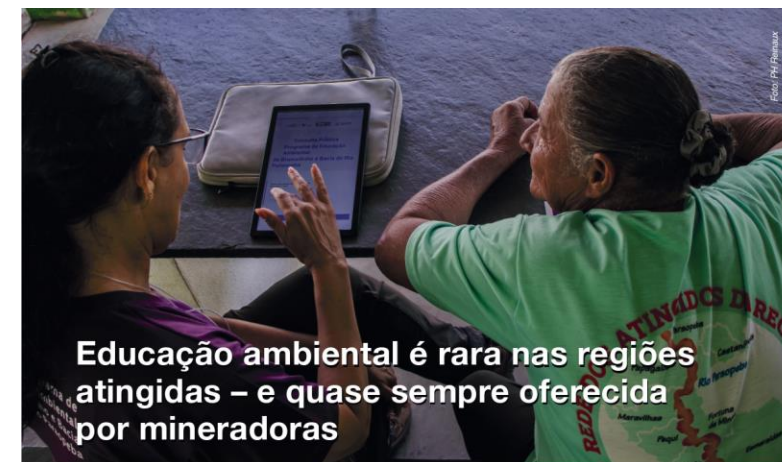
Em Fortuna de Minas, moradores também sentiram falta de diálogo. Luciana Cunha, presidente da Associação de Moradores de Córrego de Areia, destaca que algumas perguntas não dialogam com a realidade vivida após o rompimento da barragem.

“É impossível dizer que está tudo bem. Ainda convivemos com a contaminação e sabemos o que isso significa: restrição de acesso ao rio, redução da produção e mudanças na forma como vivemos aqui na comunidade.



Luciana Cunha
Córrego de Areia (Fortuna de Minas)

Luciana também defende que as ações de reparação devem priorizar a recuperação ambiental da Bacia. "O questionário pergunta o que pode ser feito. A resposta é simples: recuperar o rio Paraopeba", completa.



Educação ambiental é rara nas regiões atingidas – e quase sempre oferecida por mineradoras

Nos dados levantados para estruturação do PEABP consta que existem poucas ações formativas sobre meio ambiente nos 26 municípios atendidos pelo programa. Os programas que existem são, em sua maioria, fomentados por mineradoras que atuam nas localidades. Além disso, nos ambientes formais educativos, programas de longa duração são escassos. Em sua

maioria, consistem em datas comemorativas – como Dia da Árvore, Dia do Meio Ambiente – e não têm formação duradoura. Que tipo de benefícios a formação executada pela própria Vale, empresa condenada pelo desastre-crime que origina o programa, trará para as comunidades atingidas? É o que Rosilene dos Santos, moradora de Três Barras (Fortuna de

Minas), questiona, sobretudo em relação às ações que serão desenvolvidas pelo programa, nas escolas da região. "A gente vê uma movimentação muito grande da Vale nos territórios e fica com dúvidas sobre o que será levado para os nossos jovens. O que vão ensinar? Essa é uma preocupação que temos e que precisa ser debatida com as comunidades", afirma.

Reparação lenta põe em xeque legitimidade da Vale para propor educação ambiental

O atraso da reparação socioambiental tem impactos diretos na vida das comunidades atingidas, especialmente porque o rio Paraopeba era parte fundamental do cotidiano de milhares de pessoas. Para Thales Viote, da assessoria jurídica do Nacab, o rompimento afetou o meio ambiente, mas também atividades de lazer, manifestações culturais, modos de vida e fontes de renda que dependiam do rio. "Não temos dúvida de que a reparação

socioambiental está atrasada. As águas do Paraopeba eram uma grande fonte de direitos para milhares de pessoas, que perderam seus espaços de convivência, trabalho e cultura", afirma.

Nesse contexto, Thales afirma que é natural que muitas pessoas atingidas demonstrem desconforto ao acompanhar a execução do Programa de Educação Ambiental conduzido pela própria empresa responsável pelo desastre.

“É, no mínimo, contraditório ver a poluidora-pagadora realizando uma atividade de educação ambiental nos territórios, enquanto a recuperação socioambiental ainda não apresentou os resultados esperados pelas comunidades, conclui.

Thales Viote
Assessoria Jurídica (Nacab)

NACAB

Processo Judicial

NAE

(Thales)



Início da execução do Plano do Processo em maio de 2026

- Decisão do duplo escopo em 24/11/2023 (primeira instância) e confirmada pelo TJMG em 29/08/2024 (com recurso especial pendente no STJ, sem efeito suspensivo);
- Decisão aprovando os planos de trabalho das ATIs (08/04/2024) e liberando recursos para a execução (1/6 - 11/10/2024), confirmada pelo TJMG em 02/10/2025 (também com recurso especial pendente de envio ao STJ, sem efeito suspensivo)
- Início da execução pela ATI Nacab em maio/2026
- Atividades contempladas nesse plano: ERSHRE, estudos e perícias, medidas mitigatórias, danos supervenientes.

O que foi feito em maio e junho de 2026 no Plano do Processo?

- Medidas mitigatórias: 1) acompanhamento minucioso da ACP 5063550-95.2025.8.13.0024, os diversos recursos judiciais e a ADPF 1314 no STF; 2) elaboração de peças de comunicação para atualização das pessoas atingidas; 3) envio de 2 ofícios à FGV sobre casos individuais; 4) elaboração da proposta do plano de trabalho específico para o NAE; e 5) 39 atendimentos individuais e coletivos.
- Danos supervenientes: preparação do seminário de discussão sobre aspectos conceituais para a definição das bases sobre as quais se trabalharão.
- Estudos e perícias: análise dos estudos publicados pelo CTC UFMG; recente decisão de homologação da chamada 3, estudo em curso.

Além das matérias do processo, outros atendimentos jurídicos (Plano do Remanescente)

- Outros assuntos da reparação relacionados ao Acordo, são operacionalizados sobre este plano de trabalho;
- 126 atendimentos individuais e coletivos;
- Acompanhamento de cerca de cem procedimentos judiciais relacionados à reparação e elaboração de notícias junto à ASCOM.
- Elaboração de nota técnica indicando a necessidade de participação das pessoas atingidas na divisão de recursos do piloto do Anexo I.1.

Situação do NAE

Reclamação
perante o Órgão
Especial do
TJMG – julgado
monocraticament
e pelo
presidente, cabe
agravo interno

Exigência de
caução (19ª
Câmara Cível) –
sem data
definida para
julgamento)

Que a FGV seja
proibida de pagar o
NAE enquanto não
preste contas (18ª
Câmara Cível –
aguardando análise
da liminar pelo
Relator)

Agravo de instrumento
contra a decisão saneadora
– contra a inversão do ônus
da prova e a participação
das ATIs – liminar negada e
aguardando julgamento
definitivo

REsp e RE
contra a
decisão da 19ª
Câmara Cível
de 05/03/26
(serão
enviados ao
STJ e ao STF)

ADPF 1314 perante
o STF (aguardando
análise de liminar
pelo Relator)

Pedido de efeito
suspensivo
perante o STJ –
negada a liminar
pela ministra
relatora

Relatório analítico sobre o PTR

- Disponível em: https://nacab.org.br/wp-content/uploads/2026/08/20260817_relatorio_analitico_prt_v2corrigido.pdf
- Produto que visa fazer uma análise crítica sobre a experiência do PTR no âmbito da Região 3, visando contribuir para futuras experiências, inclusive o NAE.
- Análise dos 216 subsídios técnicos construídos pela equipe da ATI.

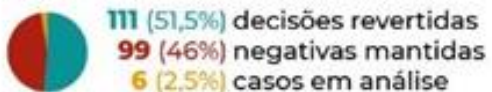
Relatório analítico sobre o PTR

Análise dos recursos administrativos do Programa de Transferência de Renda acompanhados pelo Nacab

● Decisões revertidas ● Negativas mantidas ● Casos em análise

+50%
de decisões
revertidas

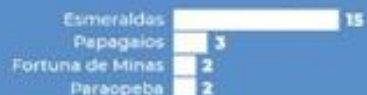
216 Recursos acompanhados



22 Decisões sem justificativa



Distribuição por município:



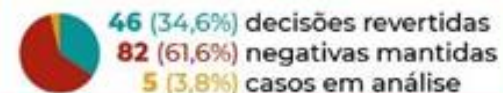
6 Usos esporádicos do imóvel



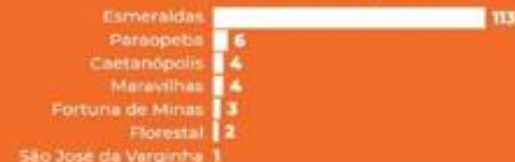
11 Lotes sem edificação



133 Ausências de Documentação



Distribuição por município:



2 Documentos ilegíveis



42 Erros de Localização



Distribuição por município:



Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

Graziely

Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

Data	Atividade	Comunidade/Município
25/05/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Chacreamento Vargem Grande, Pará de Minas
03/06/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Chacreamento Paraopeba, Pará de Minas
03/06/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Vinháticos I e II, Esmeraldas
03/06/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Muquém, Pará de Minas
22/06/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Valentim, Ribeirão das Lajes e Facão, Florestal
29/06/2026	Apresentação da nova empresa (ERM)	Padre João, Esmeraldas

Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

Reuniões de apresentação da ERM aos representantes das comunidades atingidas:

- Apresentar a nova empresa responsável pela execução dos ERSHRE;
- Garantir a continuidade dos estudos de risco;
- Informar sobre o estágio atual dos estudos e sanar dúvidas;
- Subsidiar as próximas ações da empresa (formulário) – Devolutivas.

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba

- Iniciado em 2026
- **Objetivo:** avaliar a segurança dos alimentos provenientes da produção agropecuária, da pesca e da piscicultura na bacia do rio Paraopeba, verificando o nexo de causalidade com o rompimento, quando necessário.
- **Instituições executoras:** SAGE/COPPE (Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia)— UFRJ e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba

- Reunião de apresentação do estudo às Assessorias Técnicas Independentes, em 06 de maio de 2026 (MPMG, SEAPA, SEPLAG, COPPE/UFRJ, UFRRJ, AECOM e ATIs);
- Reunião de apresentação do estudo às pessoas atingidas, em 12 de maio de 2026 (IJs, órgãos estatais, COPPE/UFRJ, UFRRJ, representantes das pessoas atingidas), com transmissão pelo Youtube;



Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba

- Visita à propriedade de produtora rural em Paraopeba, em 29/05/2026, para aplicação de questionário pré-teste
 - UFRJ e Inovare Pesquisa, com participação da EMATER-MG e da auditoria AECOM;
 - A ATI acompanhou a visita;
- Previsão de início da aplicação dos questionários (versão final) em setembro de 2026.



ANEXO I.1

(Celiane Xavier)



**Rodadas
Comunitárias**



**1ª onda de Projetos,
Crédito e Microcrédito**





Abril

Rede de
Projetos

Seminário
Regional

Maio



Maio

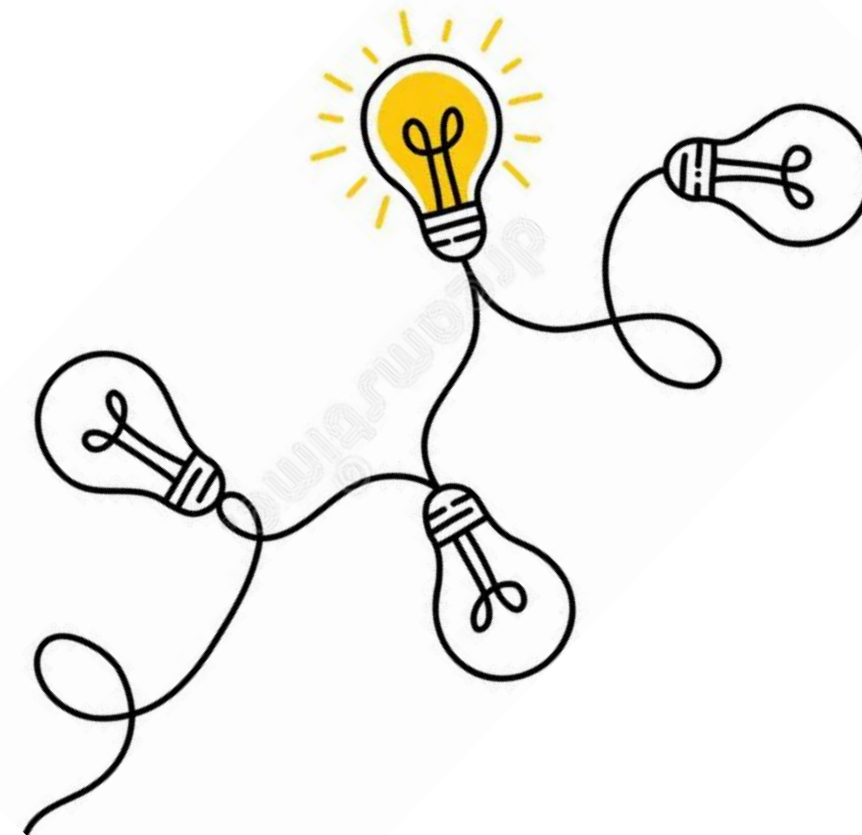
Formação
C e MC

Ciclo
Decisório
1ª Onda

Junho



66 Projetos ✓
2 Linhas de Crédito ✓
6 Linhas de Microcrédito ✓



Remanescente do Acordo

Anexo I.3

Fortalecimento de políticas Públicas

(Antônio Carlos)

Anexo I.3 - Geral

- Recursos para cada município já esgotou ou está próximo do fim
- Destaque Centro de Apoio as Mulheres Vítimas de Violência Domestica

Anexo I.3 PCTs

- Fortuna de Minas
- Florestal
- Pequi
- Papagaios
- Para de Minas
- Caetanópolis e Paraopeba
- Esmeraldas

Programa de Educação Ambiental da Vale

Vera Guimarães

- Ofício enviado às Instituições de Justiça indicando preocupações e possíveis problemas relacionados ao Programa de Educação Ambiental executado pela Vale;
- Divulgação de vídeo a respeito do Programa de Educação Ambiental executado pela Vale;

O Cercamento das áreas inundadas

Vera Guimarães

- Ofício enviado pelo Nacab, ano passado, com os questionamentos sobre os cercamentos
- Ofício de resposta das IJs
- Reunião de devolutiva para os produtores rurais sobre o ofício
 - Teve como primeiro encaminhamento o estudo dos documentos elencados pelas IJs;
- Reunião na FAEMG

PL de Incentivo à Pesca no Paraopeba

Vera Guimarães

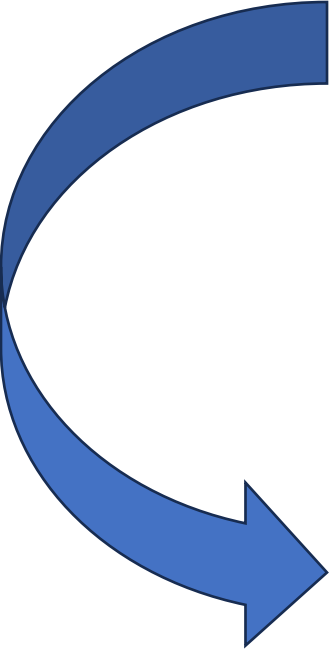
- Nota técnica do GerJur, em conjunto com a Gerência de Reparação, sobre Programa Municipal de Incentivo à Pesca Esportiva Sustentável no Rio Paraopeba, que partiu de Esmeraldas;

Remanescente do Acordo

Anexo II

(Hérksson Mota)

Anexo II - REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

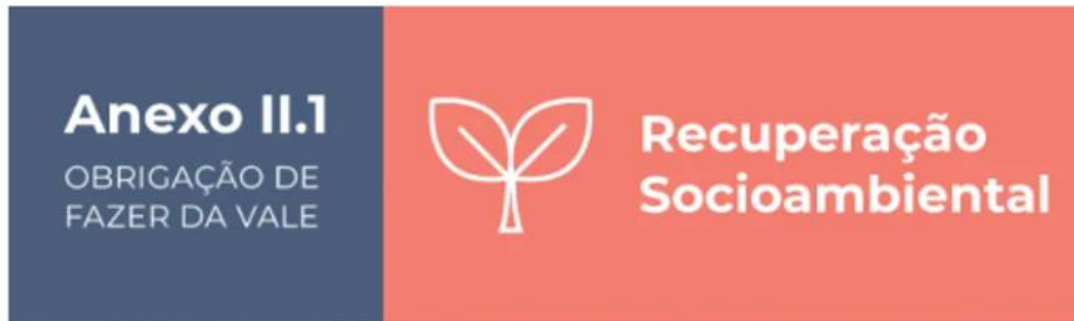


Anexo II.1 - Recuperação Socioambiental (PRSA)

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental dos danos já conhecidos

Anexo II.1 - Recuperação Socioambiental

Atualizado em: 07/08/2026 - 19:36



SEM TETO FINANCEIRO

A Vale é responsável por reparar todos os danos causados pelo rompimento das barragens em janeiro de 2019, conforme previsto no Acordo Judicial.



Plano de Reparação Socioambiental

elaborado desde 2019 por empresa contratada pela Vale, a Arcadis.

Análise da qualidade socioambiental da Bacia do Paraopeba



Antes do rompimento

Pós-rompimento



São **68 iniciativas de reparação definidas** para a Bacia, destas:

- **46** iniciativas validadas ou aprovadas
- **22** iniciativas estão em elaboração ou revisão ou avaliação



Execução acompanhada por **Auditoria socioambiental independente**

Dados de julho/2026

Anexo II.1 - Recuperação Socioambiental

Apresentação Auditoria – Período 16/06/2026 a 15/07/2026

Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade (PCSRC)



Promover a comunicação e o relacionamento com as comunidades, assegurando transparência, acesso à informação e participação social no Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Rio Paraopeba e nas obras relacionadas às Licença de Operação Corretiva (LOC)

LOC



Versão 2 protocolada em março de 2025

PRSBP



Versão 6 protocolada e avaliada pela auditoria em janeiro de 2026



Diálogo Social – Analistas de Relacionamento com as Comunidades

- Diálogo direto com as comunidades, lideranças e atores locais
- Articulação entre as demandas das comunidades e os programas do PRSBP
- Apoio às visitas técnicas e distribuição de materiais informativos.
- Distribuição de materiais informativos e acompanhamento de visitas técnicas

Central de Atendimento

- Contato: 0800 31 0831

Lista de Transmissão

- Lista de transmissão: (31) 9 7157-3673

Atendimento às Assessorias Técnicas Independentes – Central AT

- E-mail: centralat@vale.com

Ações previstas no PCSRC

- Relatório Simplificado
- Informativos impressos
- Mensagens WhatsApp
 - Arquivos digitais
 - Vídeos e áudios informativos
- Reuniões Presenciais
- Video conferência



Reuniões públicas do Projeto Conceitual
Córrego do Feijão, Tejuco e Parque da Cachoeira
Novembro de 2024



Reuniões públicas LOC – Córrego do Feijão,
Parque da Cachoeira, Tejuco e Brumadinho
(sede) – Junho de 2025



Videoconferência do PRSBP –
Novembro de 2025



Reuniões presenciais com comunidades
(5 reuniões piloto) – Maio de 2026



- Brumadinho: 14/05
- Curvelo: 26/05
- Mário Campos: 19/05
- Felixlândia: 28/05
- Pará de Minas: 21/05



No segundo semestre de 2026 está prevista a realização das reuniões presenciais nos demais municípios da área de abrangência

AECOM ADVISORY

Anexo II.1 - ATUAÇÃO DA ATI NA REGIÃO 3

As atividades foram desenvolvidas a partir de demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Participação e assessoramento de pessoas atingidas de **Pará de Minas** em reunião de devolutiva da Vale sobre as ações da reparação socioambiental – **Programa de Comunicação Social e Relacionamento com a Comunidade (PCSRC)** ocorrida no município de Pará de Minas;

Anexo II.1 - ATUAÇÃO DA ATI NA REGIÃO 3

As atividades foram desenvolvidas a partir de demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Assessoramento de lideranças dos municípios de **Esmeraldas** e **Fortuna de Minas** em reunião com equipe responsável pela execução da pesquisa vinculada ao **Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e da Bacia do Rio Paraopeba (PEABP)** e no preenchimento de **Diagnóstico Social Participativo (DSP)**;
- Participação junto as pessoas atingidas de **Fortuna de Minas** na primeira oficina sobre o **PEABP** no município;

Anexo II.1 - ATUAÇÃO DA ATI NA REGIÃO 3

As atividades foram desenvolvidas a partir de demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Assessoramento de lideranças da **Região 3** em reunião realizada com representantes da Vale, do Ministério Público, da AECOM, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e outros órgãos, onde reivindicaram maior transparência no planejamento e na execução do **PEABP**;

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Anexo II.2	 Compensação Socioambiental dos danos já conhecidos
Programa de Reparação Socioambiental 	
OBRIGAÇÃO DE FAZER DA VALE As iniciativas são auditadas pela AECOM	

Atualizado em: 07/08/2026 - 19:36

Programa de Universalização do Saneamento Básico

As ações previstas no Anexo II.2 ficam sob responsabilidade das prefeituras, que podem realizá-las com suas próprias equipes ou contratar as concessionárias de saneamento para executar os projetos.

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

OBRIGAÇÃO DE PAGAR DA VALE

Conversão em obrigação de pagar conforme decisão judicial de junho de 2024.



Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba



Valor previsto*

R\$ 1,41 bilhão

A iniciativa está sendo executada pelas prefeituras dos **26 municípios atingidos**, com o apoio da SEMAD e BDMG.

São **145 iniciativas de Saneamento Básico definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:



2

concluídas



105

em execução



38

em desenvolvimento ou análise técnica

Dados de abril/2026

*Valores sujeitos à correção monetária e rendimentos de aplicações financeiras

Dados da última reunião

OBRIGAÇÃO DE PAGAR DA VALE

Conversão em obrigação de pagar conforme decisão judicial de junho de 2024.



Saneamento básico universal da Bacia do Paraopeba



Valor previsto*

R\$ 1,41 bilhão

A iniciativa está sendo executada pelas prefeituras dos **26 municípios atingidos**, com o apoio da SEMAD e BDMG.

São **187 iniciativas de Saneamento Básico definidas** pelos compromitentes para a Bacia, destas:



10

concluídas



143

em execução



34

em desenvolvimento ou análise técnica

Dados de julho/2026

*Valores sujeitos à correção monetária e rendimentos de aplicações financeiras

Dados atualizados

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

https://www.bdmg.mg.gov.br/municipios/?sec-programa-paraopeba

BDMG Seja Parceiro(a) Acesse seu BDMG Digital

Programa Saneamento do Paraopeba

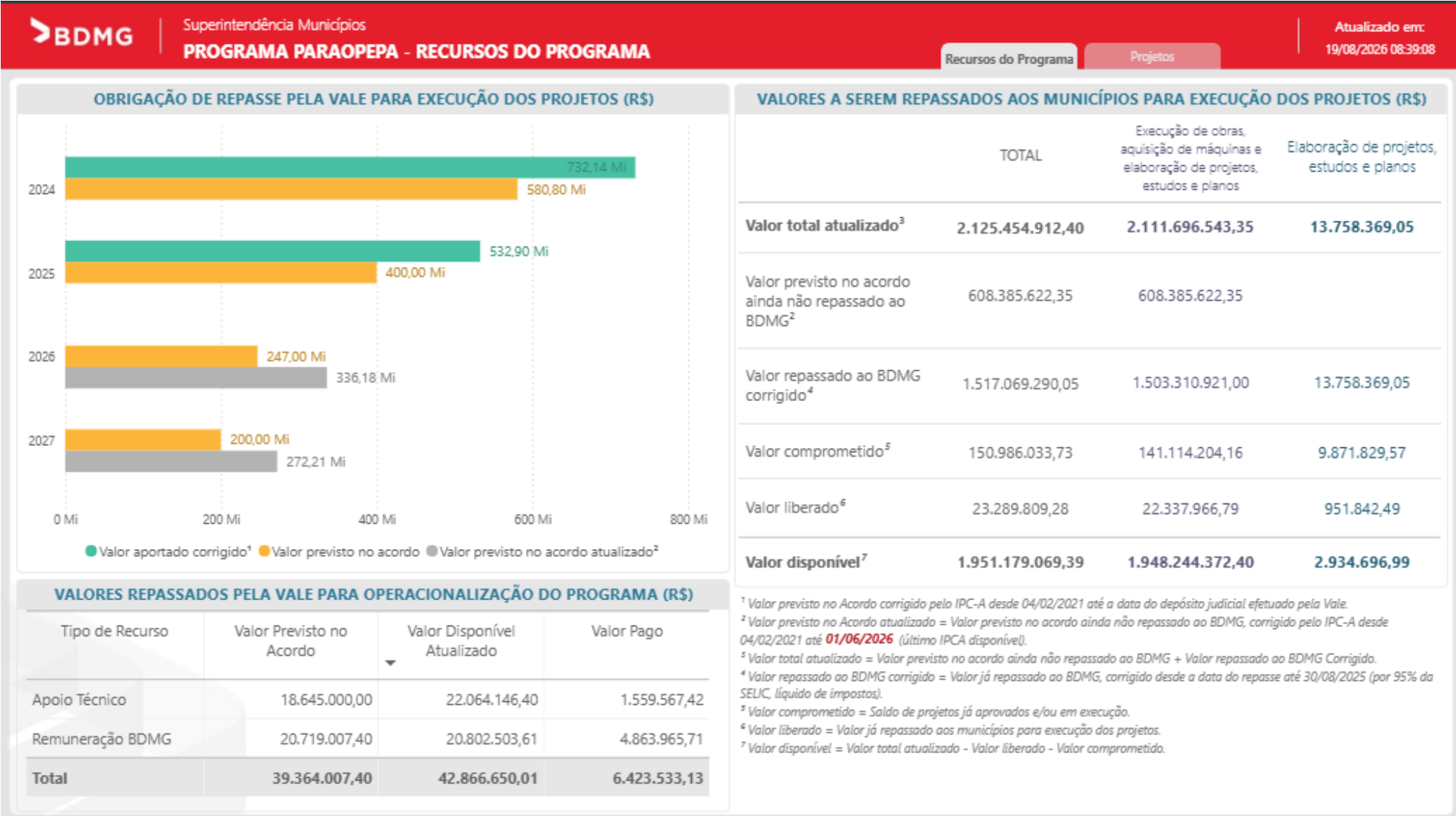
O Programa tem como objetivo a universalização do saneamento nos municípios* da Bacia do Paraopeba atingidos pela ruptura das barragens do Córrego do Feijão.

O Programa será executado em dois eixos principais:

- ✓ Repasse de recursos não-reembolsáveis para obras, elaboração de projetos e planos, consultorias, aquisição de máquinas, equipamentos e terrenos;
- ✓ Apoio Técnico gratuito para o município planejar e executar as obras e projetos que deliberar fazer.



Anexo II.2 - Compensação Socioambiental



Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Recursos reservados, autorizados para Região 3 em projetos de saneamento

INDICADOR	VALOR (R\$)
Valor total de projetos	R\$ 81.394.613,28
Valor já liberado	R\$ 11.523.054,41
Valor ainda travado em projeto, licitação ou análise	R\$ 69.871.558,87

² Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

³ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁴ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁵ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁶ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.



Prazos do Programa de Universalização do Saneamento (Anexo II.2)

Envio dos projetos: Os municípios têm até **30 de outubro 2026** para apresentar seus projetos ao BDMG.

Execução das obras: Os projetos aprovados devem ser executados **até julho de 2029**.

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: CAETANÓPOLIS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARAOPEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:
20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

CAETANÓPOLIS

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO				
TOTAL DE HABITANTES	IDH MÉDIO	MACRO REGIÃO	MICRO REGIÃO	VULNERABILIDADE CLIMÁTICA
11.435	0,706	Central	Sete Lagoas	Extrema

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	27.640.480,25	27.461.539,48	178.940,77
Valor comprometido ⁵	2.610.711,33	2.610.711,33	0,00
Valor liberado ⁶	1.532.938,04	1.532.938,04	0,00
Valor disponível ⁷	23.496.830,88	23.317.890,11	178.940,77
Valor de projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
CAETANÓPOLIS	5	4.143.649,37	R\$ 1.532.938,04
Licitação Autorizada	1	2.000.000,00	
AQUISICÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA ETE	1	2.000.000,00	
Projeto Concluído	2	1.370.000,00	R\$ 1.370.000
AQUISICÃO DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA HIDROJATO	1	790.000,00	R\$ 790.000
COMPRA DE CAMINHÃO PIPA	1	580.000,00	R\$ 580.000
Projeto em Execução	2	773.649,37	R\$ 162.938,04
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	203.321,80	R\$ 56.679,2
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE SES DE CAETANÓPOLIS/MG	1	570.327,57	R\$ 106.258,84
Total	5	4.143.649,37	R\$ 1.532.938,04

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: ESMERALDAS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OPEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:
20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

ESMERALDAS

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

85.598

IDH MÉDIO

0,671

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Belo Horizonte

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Extrema

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	314.676.236,66	312.639.064,82	2.037.171,85
Valor comprometido ⁵	6.241.201,56	4.341.557,58	1.899.643,98
Valor liberado ⁶	2.852.129,45	2.852.129,45	0,00
Valor disponível ⁷	305.582.905,65	305.445.377,79	137.527,87
Valor de projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
ESMERALDAS	13	9.093.331,01	R\$ 2.852.129,45
Projeto Concluído	1	810.000,00	R\$ 810.000
COMPRA DE CAMINHÃO LIMPA FOSSA	1	810.000,00	R\$ 810.000
Projeto em Execução	12	8.283.331,01	R\$ 2.042.129,45
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA - CENTRO (PROJETA)	1	210.854,68	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA CARACOIS (PROJETA)	1	129.218,32	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA MACUCO (PROJETA)	1	470.467,60	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA MELO VIANA (PROJETA)	1	221.859,00	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA NOVO RETIRO (PROJETA)	1	194.123,32	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SAA RURAL (PROJETA)	1	142.271,56	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SES - NOVO RETIRO (PROJETA)	1	967.237,60	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SES CARACOIS (PROJETA)	1	301.341,60	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SES CENTRO (PROJETA)	1	1.355.690,11	R\$ 821.427,65
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SES MELO VIANA (PROJETA)	1	1.321.789,26	
ELABORAÇÃO DE PROJETO - SES RURAL (PROJETA)	1	933.711,46	
ELABORAÇÃO DE PROJETOS - SES CÔRREGO DO MACUCO (PROJETA)	1	2.034.766,50	R\$ 1.220.701,8
Total	13	9.093.331,01	R\$ 2.852.129,45

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: FLORESTAL

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OPEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:

20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

FLORESTAL

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

8.045

IDH MÉDIO

0,724

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Para de Minas

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Extrema

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	12.757.144,73	12.674.556,68	82.588,05
Valor comprometido ⁵	293.681,80	293.681,80	0,00
Valor liberado ⁶	23.831,11	23.831,11	0,00
Valor disponível ⁷	12.439.631,82	12.357.043,77	82.588,05
Valor de projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
FLORESTAL	2	317.512,91	R\$ 23.831,11
Projeto em Execução	2	317.512,91	R\$ 23.831,11
ELABORAÇÃO PROJETO SANEAMENTO SEDE E DISTRITOS CACHOEIRA DAS ALMAS E GAMELEIRA	1	221.612,91	R\$ 23.831,11
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	95.900,00	
Total	2	317.512,91	R\$ 23.831,11

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: FORTUNA DE MINAS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:
20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

TIPO DE INVESTIMENTO

TIPO DE PROJETO

LINHA

STATUS

Fortuna de Minas

Todos

Todos

Todos

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

3.093

IDH MÉDIO

0,696

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Sete Lagoas

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Muito alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	4.252.381,58	4.224.852,23	27.529,35
Valor comprometido ⁵	217.714,65	217.714,65	0,00
Valor liberado ⁶	0,00	0,00	0,00
Valor disponível ⁷	4.034.666,93	4.007.137,58	27.529,35
Valor de projetos em desenvolvimento	0,00	0,00	0,00

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
FORTUNA DE MINAS	3	217.714,65	
Projeto em Execução	3	217.714,65	
ELABORAÇÃO DE PROJETO DO BAIRRO SOLAR DOS REZENDES (PLATOR ENGENHARIA)	1	43.278,41	
ELABORAÇÃO DE PROJETO NA RUA RENATO AZEREDO (PLATOR ENGENHARIA)	1	134.436,24	
PMSB - FORTUNA DE MINAS /MG	1	40.000,00	
Total	3	217.714,65	

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: MARAVILHAS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OPEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:

20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

TIPO DE INVESTIMENTO

TIPO DE PROJETO

LINHA

STATUS

MARAVILHAS

Todos

Todos

Todos

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

7.333

IDH MÉDIO

0,672

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Sete Lagoas

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Moderada

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

TOTAL

Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos

Elaboração de projetos, estudos e planos

Valor total atualizado³

19.135.717,09

19.011.835,02

123.882,07

Valor comprometido⁵

292.837,41

255.317,41

37.520,00

Valor liberado⁶

208.682,59

184.682,59

24.000,00

Valor disponível⁷

18.634.197,09

18.571.835,02

62.362,07

Valor de projetos em desenvolvimento

0,00

0,00

0,00

VALORES

MUNICÍPIO

QUANT.

VALOR

VALOR LIBERADO

⊟ MARAVILHAS

3

501.520,00

R\$ 208.682,59

⊟ Licitação Autorizada

1

13.520,00

PROJETO DE ADEQUAÇÃO DO PROJETO EXISTENTE DA ETE DO MUNICÍPIO

1

13.520,00

⊟ Projeto em Execução

2

488.000,00

R\$ 208.682,59

ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMA DE ÁGUA, SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

1

440.000,00

R\$ 184.682,59

REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO ? PMSB

1

48.000,00

R\$ 24.000

Total

3

501.520,00

R\$ 208.682,59

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: PAPAGAIOS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:

20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

TIPO DE INVESTIMENTO

TIPO DE PROJETO

LINHA

STATUS

PAPAGAIOS

Todos

Todos

Todos

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

IDH MÉDIO

MACRO REGIÃO

MICRO REGIÃO

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

13.920

0,666

Central

Sete Lagoas

Alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

TOTAL

Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos

Elaboração de projetos, estudos e planos

Valor total atualizado³

Valor comprometido⁵

Valor liberado⁶

Valor disponível⁷

Valor de projetos em desenvolvimento

6.378.572,36

2.155.207,37

454.948,31

3.768.416,68

1.572.000,00

6.337.278,34

2.155.207,37

454.948,31

3.727.122,66

1.572.000,00

41.294,02

0,00

0,00

41.294,02

0,00

VALORES

MUNICÍPIO

QUANT.

VALOR

VALOR LIBERADO

PAPAGAIOS

Projeto Com Pendências

DRENAGEM DE VIAS NO MUNICÍPIO DE PAPAGAIOS-MG

Projeto em Execução

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-SEDE

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL - SEDE

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-POVOADO

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-SEDE

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SAA-VARGEM GRANDE

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-POVOADO

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES-VARGEM GRANDE

PMSB-PAPAGAIOS

Total

9

1

1

8

1

1

1

1

1

1

1

9

4.182.155,68

1.572.000,00

1.572.000,00

2.610.155,68

635.023,61

283.172,14

232.876,14

534.900,38

257.781,92

224.503,45

287.445,86

154.452,18

4.182.155,68

1.572.000,00

1.572.000,00

2.610.155,68

635.023,61

283.172,14

232.876,14

534.900,38

257.781,92

224.503,45

287.445,86

154.452,18

R\$ 454.948,31

R\$ 454.948,31

R\$ 113.237,62

R\$ 97.076,8

R\$ 127.668,71

R\$ 85.439,88

R\$ 31.525,3

R\$ 454.948,31

R\$ 454.948,31

R\$ 113.237,62

R\$ 97.076,8

R\$ 127.668,71

R\$ 85.439,88

R\$ 31.525,3

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: PARÁ DE MINAS

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:

20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

PARÁ DE MINAS

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

97.139

IDH MÉDIO

0,725

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Para de Minas

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Muito alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	23.388.098,67	23.236.687,25	151.411,42
Valor comprometido ⁵	4.385.374,67	4.385.374,67	0,00
Valor liberado ⁶	2.892.481,95	2.892.481,95	0,00
Valor disponível ⁷	16.110.242,05	15.958.830,63	151.411,42
Valor de projetos em desenvolvimento	10.173.000,00	10.173.000,00	0,00

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
PARÁ DE MINAS	7	17.450.856,62	R\$ 2.892.481,95
Licitação Autorizada	2	1.914.986,85	
CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NOS BAIRROS SENADOR VALADARES, SÃO FRANCISCO	1	1.114.986,85	
ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	1	800.000,00	
Projeto Com Pendências	1	10.173.000,00	
EXECUÇÃO DA AVENIDA SANITÁRIA MATHIAS LOBATO	1	10.173.000,00	
Projeto Concluído	2	1.792.800,00	R\$ 1.792.800
AQUISIÇÃO CAMINHÃO PIPA	1	597.600,00	R\$ 597.600
AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÕES COM TANQUE PIPA	1	1.195.200,00	R\$ 1.195.200
Projeto em Execução	2	3.570.069,77	R\$ 1.099.681,95
AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	1	850.000,00	R\$ 850.000
CONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA PAPA JOÃO XXIII	1	2.720.069,77	R\$ 249.681,95
Total	7	17.450.856,62	R\$ 2.892.481,95

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: PARAÓPEBA

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARAÓPEBA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em:
20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

PARAÓPEBA

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES	IDH MÉDIO	MACRO REGIÃO	MICRO REGIÃO	VULNERABILIDADE CLIMÁTICA
24.107	0,694	Central	Sete Lagoas	Alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

	TOTAL	Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos	Elaboração de projetos, estudos e planos
Valor total atualizado ³	104.183.348,62	103.508.879,57	674.469,06
Valor comprometido ⁵	4.306.965,37	3.801.509,59	505.455,78
Valor liberado ⁶	2.909.098,12	2.909.098,12	0,00
Valor disponível ⁷	96.967.285,13	96.798.271,86	169.013,28
Valor de projetos em desenvolvimento	83.158,28	0,00	83.158,28

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

VALORES

MUNICÍPIO	QUANT.	VALOR	VALOR LIBERADO
PARAÓPEBA	9	42.741.439,55	R\$ 2.909.098,12
Projeto Com Pendências	1	83.158,28	
PROJETO COMPLEMENTAR DOS POVOADOS DE PARAÓPEBA	1	83.158,28	
Projeto Concluído	3	2.251.824,80	R\$ 2.251.824,8
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA - 19.000 L	1	1.195.200,00	R\$ 1.195.200
AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO SUGA FOSSA	1	810.000,00	R\$ 810.000
ELABORAÇÃO DE PROJETO - ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL DE PARAÓPEBA	1	246.624,80	R\$ 246.624,8
Projeto em análise	1	35.442.217,78	
OBRA - ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA ÁREA RURAL DE PARAÓPEBA	1	35.442.217,78	
Projeto em Execução	4	4.964.238,69	R\$ 657.273,32
ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES DA SEDE URBANA DE PARAÓPEBA	1	870.945,00	R\$ 152.306,3
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE DRENAGEM DE PARAÓPEBA/MG	1	379.961,45	R\$ 147.245,99
ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DE SAA DOS POVOADOS DE PARAÓPEBA	1	505.455,78	
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO PADRE AUGUSTO HORTA	1	3.207.876,46	R\$ 357.721,03
Total	9	42.741.439,55	R\$ 2.909.098,12

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

NACAB

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: PEQUI

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em: 20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

PEQUI

TIPO DE INVESTIMENTO

Todos

TIPO DE PROJETO

Todos

LINHA

Todos

STATUS

Todos

Limpar Filtros

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

4.155

IDH MÉDIO

0,674

MACRO REGIÃO

Central

MICRO REGIÃO

Sete Lagoas

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

Muito alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

TOTAL

Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos

Elaboração de projetos, estudos e planos

Valor total atualizado³

6.378.572,36

6.337.278,34

41.294,02

Valor comprometido⁵

911.406,27

911.406,27

0,00

Valor liberado⁶

30.999,50

30.999,50

0,00

Valor disponível⁷

5.436.166,59

5.394.872,57

41.294,02

Valor de projetos em desenvolvimento

0,00

0,00

0,00

VALORES

MUNICÍPIO

QUANT.

VALOR

VALOR LIBERADO

PEQUI

4

942.405,77

R\$ 30.999,5

Projeto em Execução

4

942.405,77

R\$ 30.999,5

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - COMPASSO-PROJETA

1

212.183,34

ELABORAÇÃO DE PROJETO DE SES NAS COMUNIDADES RURAIS COMPASSO-PROJETA

1

322.932,97

ELABORAÇÃO PROJETO DE SISTEMA ABASTECIMENTO DE ÁGUA COMPASSO-PROJETA

1

280.615,66

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO MUNICÍPIO DE PEQUI - MG

1

126.673,80

R\$ 30.999,5

Total

4

942.405,77

R\$ 30.999,5

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

Anexo II.2 - Compensação Socioambiental

Situação financeira dos municípios: SÃO JOSÉ DA VARGINHA

BDMG

Superintendência Municípios

PROGRAMA PARA OPEPA - ANDAMENTO DOS PROJETOS

Visão Consolidada

Projetos

Atualizado em: 20/08/2026 08:48:43

MUNICÍPIO

TIPO DE INVESTIMENTO

TIPO DE PROJETO

LINHA

STATUS

Limpar Filtros

SÃO JOSÉ DA VARGINHA

Todos

Todos

Todos

Todos

DADOS DO MUNICÍPIO

TOTAL DE HABITANTES

IDH MÉDIO

MACRO REGIÃO

MICRO REGIÃO

VULNERABILIDADE CLIMÁTICA

4.536

0,704

Central

Para de Minas

Muito alta

VALORES A SEREM REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS (R\$)

TOTAL

Execução de obras, aquisição de máquinas e elaboração de projetos, estudos e planos

Elaboração de projetos, estudos e planos

Valor total atualizado³

8.504.763,15

8.449.704,45

55.058,70

Valor comprometido⁵

1.186.082,38

1.186.082,38

0,00

Valor liberado⁶

617.945,34

597.600,00

20.345,34

Valor disponível⁷

6.700.735,43

6.666.022,07

34.713,36

Valor de projetos em desenvolvimento

0,00

0,00

0,00

VALORES

MUNICÍPIO

QUANT.

VALOR

VALOR LIBERADO

SÃO JOSÉ DA VARGINHA

5

1.804.027,72

R\$ 617.945,34

Projeto Concluído

2

617.945,34

R\$ 617.945,34

AQUISIÇÃO CAMINHÃO PIPA

1

597.600,00

R\$ 597.600

SES REDE COLETORA - RUA JACINTA BRAGA

1

20.345,34

R\$ 20.345,34

Projeto em Execução

3

1.186.082,38

PMSB

1

115.000,00

PROJETO SAA SEDE SÃO JOSÉ DA VARGINHA

1

487.037,45

SES SEDE SÃO JOSÉ DA VARGINHA - EXCETO RUA JACINTA BRAGA

1

584.044,93

Total

5

1.804.027,72

R\$ 617.945,34

³ Valor total atualizado = Valor previsto no acordo ainda não repassado ao BDMG + Valor repassado ao BDMG Corrigido.

⁵ Valor comprometido = Saldo de projetos já aprovados e/ou em execução.

⁶ Valor liberado = Valor já repassado aos municípios para execução dos projetos.

⁷ Valor disponível = Valor total atualizado - Valor liberado - Valor comprometido.

⁸ Valor de projetos em desenvolvimento = Projetos em algum estágio de análise pelo BDMG

OBS.: Os dados apresentados neste painel referem-se ao fechamento do dia anterior à data de atualização.

Fonte: Microsoft Power BI; Municípios - BDMG

Anexo II.2 - ATUAÇÃO DA ATI NA REGIÃO 3

As atividades foram desenvolvidas a partir de demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Assessoramento de pessoas atingidas de **Maravilhas** em audiências públicas sobre o **Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB)**, ocorridas na comunidade de Boa Vista e na sede do município;
- Assessoramento de pessoas atingidas de **Fortuna de Minas** em audiência pública, ocorrida na Câmara Municipal, para **apresentação do programa e diálogos sobre projetos** relacionados ao Anexo II.2 para as comunidades atingidas;
- Assessoramento de pessoas atingidas de **Paraopeba, Pequi e Fortuna de Minas** em reuniões com a prefeitura dos municípios para **diálogo e pleito de projetos** relacionados ao Anexo II.2;

Anexo II.2 - ATUAÇÃO DA ATI NA REGIÃO 3

As atividades foram desenvolvidas a partir de demandas das pessoas atingidas

As ações incluíram:

- Elaboração de ofício à prefeitura de **Esmeraldas** e participação em audiência na Câmara de Veadores para discutir com as comunidades de Vinháticos, Padre João, Bambus, Fazenda da Ponte, Vista Alegre, Boa Vista, Cachoeirinha, Riacho, São José e Taquaras a **instalação do sistema de saneamento nas comunidades;**
- Participação em reuniões comunitárias em **Esmeraldas**, onde a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável apresentou algumas **soluções de saneamento individual e coletivo;**



DÚVIDAS, SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES

Obrigado(a)! Se cuida!



@nacabmg



@nacabmg

www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS